



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco (14/8/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 15ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Isaac Sandes Dias, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: **1.** Ata da 14ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025; **2.** Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Acordo de Não Persecução Civil, em razão da prática de atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, e dá outras providências; **3.** Informação acerca do lançamento da obra institucional Direito, Democracia e Linguagem: Estudos em Homagem ao Professor Dilmar Lopes Camerino, mediante a convocação de Sessão Extraordinária Solene do Colégio de Procuradores de Justiça para o dia 5 de setembro de 2025, sexta-feira, às 16h, no auditório Edgar Valente de Lima, localizado no 5º andar do edifício-sede.). Quanto ao **item 1**, após regular apreciação, a Ata da 14ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao **item 2**, o Presidente afirmou que a proposta de resolução em análise visa disciplinar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Acordo de Não Persecução Civil, em razão da prática de atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Disse que o texto foi previamente distribuído a todos os integrantes do colegiado. Destacou que o acordo de não persecução civil



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

proporciona uma solução mais célere e efetiva aos conflitos decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa, oferecendo maior eficácia à tutela coletiva de interesses públicos e reduzindo o congestionamento do Poder Judiciário, ao mesmo tempo em que promove a reparação do dano ao erário e a responsabilização proporcional dos agentes envolvidos. Posta em votação, a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. Quanto ao **item 3**, o Presidente informou que alguns membros do Ministério Público do Estado de Alagoas tiveram a iniciativa de elaborar uma obra institucional denominada Direito, Democracia e Linguagem: Estudos em Homenagem ao Professor Dilmar Lopes Camerino. Parabenizou a atuação dos organizadores, ressaltando o mérito do Procurador de Justiça aposentado Dilmar Lopes Camerino, que exerceu o cargo de Procurador-Geral de Justiça por três oportunidades. Informou que o lançamento da obra ocorrerá em uma sessão extraordinária solene do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser realizada no Auditório Edgar Valente de Lima, no dia 5 de setembro do corrente ano. Elencou os autores que participaram da obra e convidou a todos para comparecerem à cerimônia de lançamento. Em seguida, indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes propôs a inserção das seguintes matérias em pauta: **4**. Republicação da Resolução CPJ n. 19/2025; **5**. Indicação do Excelentíssimo Senhor Ângelo Fabiano Farias da Costa, Corregedor Nacional do Ministério Público, à Medalha Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas; **6**. Indicação do Excelentíssimo Senhor Pedro Maia Souza Marques, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, à Medalha Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas. Posta em votação, a proposta de inserção de novas matérias em pauta foi acolhida por todos os integrantes do colegiado. Quanto ao **item 4**, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral do MPAL, informou que na sessão anterior do colegiado foi aprovada a Resolução CPJ n. 19/2025, que instituiu o Código de Ética do Ministério Público do Estado de Alagoas. Disse que, após a publicação, foi verificada a necessidade de retificações. Asseverou que as alterações propostas foram previamente enviadas aos membros do colegiado. Disse que as retificações não alteram o conteúdo essencial do texto aprovado. Colocada em votação, a matéria foi aprovada pelo colegiado. Quanto ao **item 5**, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral do MPAL, apresentou os fundamentos para a indicação do Doutor Ângelo Fabiano Farias da Costa, Corregedor Nacional do Ministério Público, à Medalha Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas, tendo o colegiado aprovado



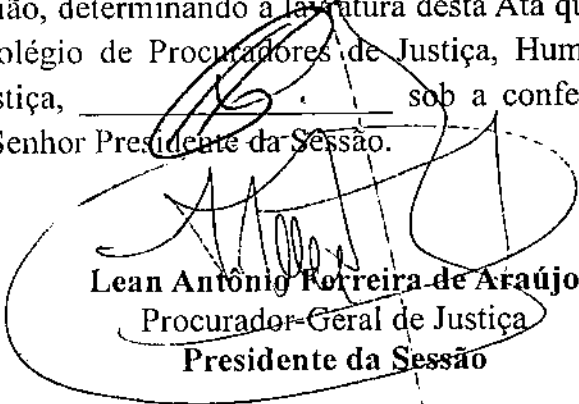
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

o item por unanimidade. Quanto ao **item 6**, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral do MPAL, apresentou os fundamentos para a indicação do Doutor Pedro Maia Souza Marques, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, à Medalha Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas, tendo o colegiado aprovado o respectivo item por unanimidade. Em seguida, o Presidente determinou que a Secretaria providenciasse as devidas comunicações aos indicados. Na sequência, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes informou que, no dia 22 de agosto, a Corregedoria-Geral e a Ouvidoria realizarão, no município de União dos Palmares, a 4ª etapa do Projeto Roda de Conversa – Diálogos com a Sociedade. Disse que para finalizar os eventos relacionados ao mês agosto lilás, no dia 28 de agosto, será realizado o Curso Novo Paradigma Para a Atuação Ministerial no Enfrentamento ao Feminicídio – Um Crime Evitável – Selo Respeito e Inclusão no Combate ao Feminicídio, a ser ministrado pela professora Érica Vinícius Canuto de Oliveira. Ressaltou que o evento contará com a presença do Excelentíssimo Corregedor Nacional do Ministério Público, Doutor Ângelo Fabiano Farias da Costa. Afirmou que, nos dias 25 e 26 de setembro, a Corregedoria-Geral, em parceria com a Procuradoria-Geral de Justiça e a Escola Superior do MPAL, realizará um curso sobre procedimentos disciplinares e matérias correlatas, direcionado a todos os membros da instituição. Mencionou que o curso será ministrado pelo palestrante Rafael Kurkowski, Promotor de Justiça do Estado de Sergipe e Membro Auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público. Logo após, fez um apelo para que os integrantes do colegiado participem do curso sobre perspectiva de gênero, que visa capacitar integrantes da instituição no combate ao feminicídio e aos crimes contra a mulher. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima, este informou que o coro Cantus Legis, do Ministério Público do Estado de Alagoas, fez uma apresentação no dia anterior, no Mercado das Artes 31, no bairro de Jaraguá. Mencionou que na semana seguinte haveria outra apresentação, na Ponta Verde, em conjunto com a banda da Polícia Militar do Estado de Alagoas. Convidou a todos para a apresentação. Disse que o Coro do Ministério Público de Alagoas participará do evento Nordeste Cantat, que ocorrerá no dia 11 de setembro. Dada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, esta parabenizou a atuação do coral. Elogiou a iniciativa de homenagem ao Excelentíssimo Procurador de Justiça aposentado Dilmar Lopes Camerino. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

115 encerrada a reunião, determinando a lavatura desta Ata que fiz e rubriquei como
116 Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa,
117 Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do
118 Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.


120 **Lean Antônio Ferreira de Araújo**
121 **Procurador-Geral de Justiça**
122 **Presidente da Sessão**



O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Expediente GED 20.08.1365.0007615/2025-02, RESOLVE deferir, com base nos arts. 26, 27, 30 e 31 da Lei Estadual nº 8.025/2018, a progressão do servidor efetivo LUIZ MESQUITA NETO, Analista do Ministério Público – Área jurídica, para a Classe B, nível IV, PGJ C2, com efeitos financeiros retroativos ao dia 26 de agosto de 2025.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

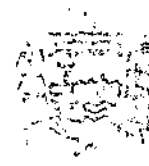
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco (14/8/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 15ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Isaac Sandes Dias, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 14ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025; 2. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Acordo de Não Persecução Civil, em razão da prática de atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, e dá outras providências; 3. Informação acerca do lançamento da obra institucional Direito, Democracia e Linguagem: Estudos em Homenagem ao Professor Dilmar Lopes Camerino, mediante a convocação de Sessão Extraordinária Solene do Colégio de Procuradores de Justiça para o dia 5 de setembro de 2025, sexta-feira, às 16h, no auditório Edgar Valente de Lima, localizado no 5º andar do edifício-sede.). Quanto ao item 1, após regular apreciação, a Ata da 14ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, o Presidente afirmou que a proposta de resolução em análise visa disciplinar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Acordo de Não Persecução Civil, em razão da prática de atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Disse que o texto foi previamente distribuído a todos os integrantes do colegiado. Destacou que o acordo de não persecução civil proporciona uma solução mais célere e efetiva aos conflitos decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa, oferecendo maior eficácia à tutela coletiva de interesses públicos e reduzindo o congestionamento do Poder Judiciário, ao mesmo tempo em que promove a reparação do dano ao erário e a responsabilização proporcional dos agentes envolvidos. Posta em votação, a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. Quanto ao item 3, o Presidente informou que alguns membros do Ministério Público do Estado de Alagoas tiveram a iniciativa de elaborar uma obra institucional denominada Direito, Democracia e Linguagem: Estudos em Homenagem ao Professor Dilmar Lopes Camerino. Parabenizou a atuação dos organizadores, ressaltando o mérito do Procurador de Justiça aposentado Dilmar Lopes Camerino, que exerceu o cargo de Procurador-Geral de Justiça por três oportunidades. Informou que o lançamento da obra ocorrerá em uma sessão extraordinária solene do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser realizada no Auditório Edgar Valente de Lima, no dia 5 de setembro do corrente ano. Elencou os autores que participaram da obra e convidou a todos para comparecerem à cerimônia de lançamento. Em seguida, indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes propôs a inserção das seguintes matérias em pauta: 4. Republicação da Resolução CPJ n. 19/2025; 5. Indicação do Excelentíssimo Senhor Ângelo Fabiano Farias da Costa, Corregedor Nacional do Ministério Público, à Medalha Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas; 6. Indicação do Excelentíssimo Senhor Pedro Maia Souza Marques, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, à Medalha Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas. Posta em votação, a proposta de inserção de novas matérias em pauta foi acolhida por todos os integrantes do colegiado. Quanto ao item 4, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral do MPAL, informou que na sessão anterior do colegiado foi aprovada a Resolução CPJ n. 19/2025, que instituiu o Código de Ética do Ministério Público do Estado de Alagoas. Disse que, após a publicação, foi verificada a necessidade de retificações. Asseverou



que as alterações propostas foram previamente enviadas aos membros do colegiado. Disse que as retificações não alteram o conteúdo essencial do texto aprovado. Colocada em votação, a matéria foi aprovada pelo colegiado. Quanto ao item 5, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral do MPAL, apresentou os fundamentos para a indicação do Doutor Ângelo Fabiano Farias da Costa, Corregedor Nacional do Ministério Público, à Medalha Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas, tendo o colegiado aprovado o item por unanimidade. Quanto ao item 6, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral do MPAL, apresentou os fundamentos para a indicação do Doutor Pedro Maia Souza Marques, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, à Medalha Mérito do Ministério Público do Estado de Alagoas, tendo o colegiado aprovado o respectivo item por unanimidade. Em seguida, o Presidente determinou que a Secretaria providenciasse as devidas comunicações aos indicados. Na sequência, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes informou que, no dia 22 de agosto, a Corregedoria-Geral e a Ouvidoria realizarão, no município do União dos Palmares, a 4ª etapa do Projeto Roda de Conversa – Diálogos com a Sociedade. Disse que para finalizar os eventos relacionados ao mês agosto lilás, no dia 28 de agosto, será realizado o Curso Novo Paradigma Para a Atuação Ministerial no Enfrentamento ao Feminicídio – Um Crime Evitável – Selo Respeito e Inclusão no Combate ao Feminicídio, a ser ministrado pela professora Érica Vinicius Canuto de Oliveira. Ressaltou que o evento contará com a presença do Excelentíssimo Corregedor Nacional do Ministério Público, Doutor Ângelo Fabiano Farias da Costa. Afirmou que, nos dias 25 e 26 de setembro, a Corregedoria-Geral, em parceria com a Procuradoria-Geral de Justiça e a Escola Superior do MPAL, realizará um curso sobre procedimentos disciplinares e matérias correlatas, direcionado a todos os membros da instituição. Mencionou que o curso será ministrado pelo palestrante Rafael Kurkowski, Promotor de Justiça do Estado de Sergipe e Membro Auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público. Logo após, fez um apelo para que os integrantes do colegiado participem do curso sobre perspectiva de gênero, que visa capacitar integrantes da instituição no combate ao feminicídio e aos crimes contra a mulher. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima, este informou que o coro Cantus Legis, do Ministério Público do Estado de Alagoas, fez uma apresentação no dia anterior, no Mercado das Artes 31, no bairro de Jaraguá. Mencionou que na semana seguinte haveria outra apresentação, na Ponta Verde, em conjunto com a banda da Polícia Militar do Estado de Alagoas. Convidou a todos para a apresentação. Disse que o Coro do Ministério Público de Alagoas participará do evento Nordeste Cantat, que ocorrerá no dia 11 de setembro. Dada a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, esta parabenizou a atuação do coral. Elogiou a iniciativa de homenagem ao Excelentíssimo Procurador de Justiça aposentado Dilmar Lopes Camerino. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Resoluções

RESOLUÇÃO CPJ n. 23/2025

Concede Nota de Elogio

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 8º, inciso VI, do seu Regimento Interno, ao considerar:

I – a proposta do Excelentíssimo Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas Eduardo Tavares Mendes;

II – o deliberado, por unanimidade, em sua 16ª Reunião Ordinária de 2025;

III – o contido no expediente GED n. 20.08.0284.0005184/2025-83.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Nota de Elogio aos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas que, em 2025, participaram, com aproveitamento, da Capacitação Profissional para Atuação em Perspectiva de Gênero, que contribuiu para a obtenção do selo "Respeito e Inclusão do Combate ao Feminicídio".

Maceió, 28 de agosto de 2025.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça